



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

Aos 11 dias do mês de abril de 2023, pelas 15:12 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição da Autoridade da Concorrência, no âmbito do [requerimento](#) do GP PSD sobre a atuação do sector bancário na comercialização ou pedidos de renegociação de crédito habitação e o desajustamento dos juros nos depósitos a prazo em face das condições de mercado.**
2. **Aprovação da ata n.º 90;**
3. **Discussão e votação indiciária do texto de substituição apresentado para o [Projeto de Lei n.º 479/XV/1.ª \(PS\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, [Projeto de Lei n.º 465/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto e [Projeto de Lei n.º 466/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim aos limites de transferências por homebanking e por aplicações de pagamento operadas por terceiros no âmbito das contas de serviços mínimos bancários, procedendo à alteração do Decreto-Lei nº 27-C/200, de 10 de março;**
4. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 660/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Programa de regularização de dívidas com fins sociais;
Relator: Ana Bernardo (PS)
(10.ª CTSSI em conexão)**
5. **Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;**
6. **Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 580/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo Sísmico e para Desastres Naturais;**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

7. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, para audição do Secretário de Estado dos Assuntos fiscais;**
8. **Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;**
9. **Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;**
10. **Outros assuntos.**

-
1. **Audição da Autoridade da Concorrência, no âmbito do [requerimento](#) do GP PSD sobre a atuação do sector bancário na comercialização ou pedidos de renegociação de crédito habitação e o desajustamento dos juros nos depósitos a prazo em face das condições de mercado.**

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deu início à audição, cumprimentando os representantes da Autoridade da Concorrência, Professor Dr. Nuno Cunha Rodrigues (Presidente) e Dra. Marta Rocha (Economista), enquadrando a audição no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do PSD.

Em sede de primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados Alexandre Simões (PSD), Carlos Brás (PS), Rui Afonso (CH), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Duarte Alves (PCP), tendo o Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Alexandre Simões (PSD), Carlos Brás (PS) e Rui Afonso (CH), tendo o Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência respondido ao conjunto de questões colocadas.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade dos representantes da Autoridade da Concorrência pela presença e pelos esclarecimentos prestados, dando por concluída a audição

A audição foi gravada em suporte vídeo, o qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

2. Aprovação da ata n.º 90;

O Senhor Presidente colocou a ata à discussão. Não havendo pedidos de palavra, a ata foi imediatamente votada, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência do GP BE e DURP PAN.

3. Discussão e votação indiciária do texto de substituição apresentado para o [Projeto de Lei n.º 479/XV/1.ª \(PS\)](#) – Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, [Projeto de Lei n.º 465/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto e [Projeto de Lei n.º 466/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Põe fim aos limites de transferências por homebanking e por aplicações de pagamento operadas por terceiros no âmbito das contas de serviços mínimos bancários, procedendo à alteração do Decreto-Lei nº 27-C/200, de 10 de março;

O Senhor Presidente começou por referir que o PSD havia retirado, nessa manhã, uma das suas propostas de alteração, em concreto, o aditamento de n.º 5 ao artigo 3.º D do Decreto-lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro.

Não havendo pedidos de palavra, passou-se de imediato à votação indiciária dos artigos e propostas de alteração do texto de substituição, tendo sido manifestados os sentidos de voto constantes da página eletrónica da iniciativa ([Resultado das votações](#)).

4. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 660/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Programa de regularização de dívidas com fins sociais;



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

Relator: Ana Bernardo (PS)
(10.ª CTSSI em conexão)

A Senhora Deputada Ana Paula Bernardo (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

Usou de seguida a palavra o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), para cumprimentar a Senhora Deputada Relatora e agradecer-lhe o trabalho.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou o parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, e DURP PAN.

- 5. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos;**

O Senhor Presidente informou que o GP PS havia feito chegar à Mesa a solicitação para que o Projeto de Resolução fosse discutido em Comissão, em data posterior a 24 de abril, o que seria atendido.

- 6. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 580/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à criação de um Fundo Sísmico e para Desastres Naturais;**

O Senhor Presidente salientou que a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (DURP PAN) não se encontrava presente para efeitos de indicar a metodologia pretendida, mas que, atendendo à similitude das matérias, o presente projeto de resolução teria a mesma sorte do referido no ponto precedente, não devendo ser agendado até 24 de abril.

- 7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, para audição do Secretário de Estado dos Assuntos fiscais;**

O Senhor Presidente salientou que não pertencendo a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) à COF, seria necessária uma deliberação dos Senhores Deputados autorizando a sua participação, nos termos do artigo 101 n.º 1 do Regimento.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

Não havendo oposição de nenhum dos presentes, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Deputada Catarina Martins (BE).

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) agradeceu e referiu que o tema já havia sido discutido na Comissão de Saúde, tendo sido decidido naquela Comissão que o requerimento fosse apresentado na COF, atendendo a que é pretendida a audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF). Explicou que com o requerimento o BE pretende a audição do SEAF sobre a aplicação da lei dos benefícios fiscais a que têm direito as pessoas com atestados multiusos e que têm incapacidade e por isso têm direitos particulares a nível fiscal. Segundo disse, a legislação prevê que nos processos de reavaliação, sendo a patologia a mesma, se deve manter a avaliação mais favorável. Contudo, a Autoridade Tributária e Aduaneira não está a agir assim desde 2019, tendo já nessa altura o Parlamento emitido uma lei precisamente para que a Autoridade Tributária e Aduaneira respeitasse o espírito da lei, respeitando o princípio do tratamento mais favorável, o que não tem ocorrido. Terminou propondo que, caso a audição fosse aprovada, fossem convidados os deputados da Comissão de Saúde atendendo a que tem sido um tema muito discutido naquela Comissão.

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) referiu que o PS iria acompanhar o requerimento e que concordava com o convite à Comissão de Saúde.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) referiu que o PSD iria igualmente votar favoravelmente e lamentou que existissem por vezes Serviços da Administração Pública que não respeitam o espírito do legislador na aplicação das leis.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PSD) disse que iria votar a favor e que acompanhava o tom crítico manifestado na intervenção anterior tendo em conta a prática de “veto de gaveta” habitualmente adotado pela AT.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou à votação o requerimento apresentado, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, e DURP PAN. O Senhor Presidente deu nota de que seria agendada a audição e endereçado convite à Comissão de Saúde.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

8. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;

O Senhor Presidente referiu que havia sido recebida a informação de redação final da DAPLEN e o projeto de decreto, questionando se haveria comentários ou objeções às propostas efetuadas. Não havendo quaisquer objeções às sugestões, a proposta de redação final foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, e DURP PAN.

9. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;

O Senhor Presidente referiu que havia sido recebida a informação de redação final da DAPLEN e o projeto de decreto, questionando se haveria comentários ou objeções às propostas efetuadas e informando que o PS havia feito chegar algumas objeções já distribuídas.

O Senhor Deputado Carlos Brás (PS) sinalizou as objeções do seu GP salientando pretender: (i) não eliminar a referência a "SPAPPE" atendendo a que, não se trata de uma sigla mas antes de parte do nome oficial da Startup Portugal; (ii) manter os números 1 e 2 na alteração proposta ao artigo 43.º-C do EBF, nos termos constantes do artigo 8.º da PPL 56/XV; (iii) corrigir a formatação da alínea b) do n.º 7 do artigo 38.º do CFI, estando o corpo da alínea b) está muito "adiantado" face ao corpo das alíneas a) e c); (iv) na alínea b) do n.º 11 do artigo 38.º do CFI, a proposta de redação altera o sentido da redação aprovada na especialidade, devendo ser mantida a original e aditando uma vírgula em cada uma das alíneas.

Adicionalmente, foi consensualizado entre todos que fossem uniformizadas as expressões "Startup" e "Scaleup", escrevendo ambas as palavras sem hífen.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

Não havendo mais pedidos de palavra, a proposta de redação final foi votada, já incorporando as objeções do GP PS, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, na ausência do GP IL, GP BE, e DURP PAN.

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente referiu que o PAN solicitou a redistribuição do Projeto de Lei n.º 415/XV/1.ª (PAN) – Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas em dezembro de 2022, à 13.ª Comissão atendendo a que, naquele Comissão, está a ser tramitada uma iniciativa materialmente conexa (a Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª (GOV) – Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais) e questionando se haveria oposição atendendo a que existiria alguma similitude de objeto entre as iniciativas. Não havendo objeções, o Senhor Presidente referiu que iria solicitar a redistribuição.

A reunião foi encerrada às 17:17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 abril 2023.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 94/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Afonso (CH)
João Cotrim Figueiredo (IL)
Duarte Alves (PCP)
Rui Tavares (L)
Diogo Cunha (PS)
Joana Lima (PS)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Catarina Martins (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Costa (PS)
Sérgio Ávila (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Miguel Matos (PS)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Hugo Carvalho (PS)